

## PARA UMA FORMALIZAÇÃO DE MODELOS DIACRÔNICOS EM MORFOLOGIA

Mário Eduardo Viaro (USP)

Trabalhar com Morfologia parece demandar apenas uma afiliação a uma determinada corrente ou aceitar tacitamente vários pressupostos, que, aos poucos, foram acumulados ao longo da História da Linguística. No entanto, é do nosso parecer que os problemas investigados pelas ciências devam ser entendidos à luz de pressupostos claramente definidos e epistemologicamente fundamentados, sob pena de caírem em contradição ou em dogmatismos. Toda ciência supõe um objeto de estudo e a língua é o da Linguística.

Cumprir entender, portanto, o que parece ser óbvio: *que é a língua?* Como a língua é algo demasiado complexo para ser pressuposto, mesmo definindo-a como um conjunto de palavras e regras, pressupõem-se outros componentes ainda mais complexos, necessários para entender a essência de seus elementos (como o falante e a sociedade). Dessa forma, defini-la-íamos a partir de elementos já muito complexos sem questionar uma série de problemas anteriores a ela.

O primeiro problema – o mais simples - é o da existência das línguas. De fato, só podemos dizer que *uma língua existe* por causa da existência da sua expressão. Somente pela expressão, a existência de uma língua se faz evidente. O hipotético *mentalês* não seria, nesse sentido, uma língua *stricto sensu*, antes se confundiria com o pressuposto universalista da unidade da linguagem. No entanto, a língua não se confunde com a expressão, mas a expressão é condição para dizermos que a língua existe e, portanto, é um objeto real. Essa existência, contudo, não é óbvia. Pois a língua pode existir passivamente (como no caso do último falante de uma língua) ou ativamente. Por meio dela, o falante é capaz de formular enunciados compreensíveis ao outro. Numa situação ideal, a língua existe passiva e ativamente. Um falante deslocado de seu meio original, sem interlocutores que o entendam, costuma aprender a expressar-se na língua de seu entorno: tem por base, ao menos inicialmente, a língua passiva e estratégias de tradução para ser entendido, que envolvem não só a memória, mas o conhecimento de modos de expressão. O que se passa com o que necessita falar em língua estrangeira, também ocorre, de algum modo, o tempo todo, na língua materna, na forma da *adequação* da expressão, a qual se pauta não só na necessidade de exprimir-se, mas também na expectativa de o outro entender o que dizemos. Resumidamente:

OBSERVAÇÃO 1:

A existência da língua depende da sua expressão no ato de fala.

OBSERVAÇÃO 2:

O ato de fala depende do que se deseja expressar e da projeção que temos da compreensão do ouvinte.

Há, conforme a segunda observação, um componente semântico e um pragmático em qualquer ato de fala. Contudo, o ato de fala pressupõe uma codificação que envolve palavras e regras, num exercício contínuo da parte do falante desde a aquisição da língua com que julga expressar-se. Desse modo, pode-se afirmar que:

OBSERVAÇÃO 3:

O falante adquiriu da sociedade a maior parte da língua que fala, portanto, a língua pré-existia ao falante.

O uso dessa língua, da parte dos falantes, tem uma função prática de atingir seus objetivos. Logo o falante percebe que essa ferramenta conduz a certa *falibilidade* de expressão e, conscientemente ou não, passa a lidar com elementos ideais, tanto na expressão quanto no conteúdo. A falibilidade da expressão é fruto das diversas situações que a comunicação não pode ser efetuada (sobretudo por: expressão inaudível por volume insuficiente, distância ou ruído, articulação idiossincrática e associações semânticas incompreensíveis). Esses elementos ideais consistem em relevar muitos dados e fixar-se em apenas alguns que garantam a inteligibilidade da expressão, quer no sentido de reconhecimento da expressão, quer no sentido de compreensão da mensagem. Os elementos relevados, contudo, estão presentes e auxiliam em julgamentos da informação para além do da inteligibilidade.

OBSERVAÇÃO 4:

A língua compõe-se de elementos reais herdados e elementos ideais, a partir dos quais, potencialmente, se geram outros elementos reais não-herdados, num ato de fala.

Desse modo, podemos separar, na língua particular de um falante, palavras herdadas e regras, igualmente herdadas, com as quais se produzem atos de fala, obviamente não herdados, e palavras também não herdadas. Resumindo: a língua, portanto, compõe-se de elementos reais e ideais e os primeiros se subdividem em herdados e não-herdados. Os não-herdados invariavelmente nascem da análise dos elementos ideais (sobretudo por analogia ou por produtividade). Os ideais, por sua vez, são formados em parte por meio dos reais herdados e por meio de componentes cognitivos da própria espécie humana e, de fato, numa visão antilockiana da *tabula rasa*, alguns provavelmente preexistem ao próprio acúmulo de elementos reais na memória.

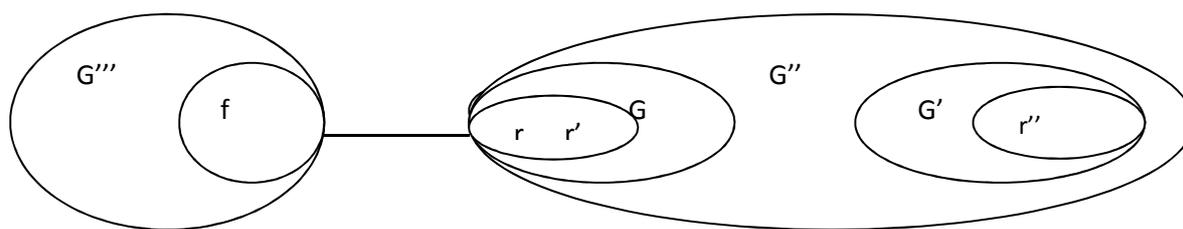
#### OBSERVAÇÃO 5:

O componente ideal pode atuar em dois níveis: (a) como o elemento real, *stricto sensu*, é único, opera-se uma *generalização* no ato da cognição e no ato de fala, de modo que se anula temporariamente a individualidade do ser linguístico real único em rumo à criação de um ser linguístico real genérico, a saber, as *palavras*; (b) Definidas as palavras com base no que são e do que não são, promove-se uma nova generalização, em que se criam novas palavras sobre seres reais genéricos, expresso pelos *genera*.

A conclusão que se extrai da observação acima é que a formação de um *genus* é idêntica à de uma *palavra*, pois ambas são generalizações: nas palavras, seres reais distintos e individuais são entendidos, nesse processo, como o mesmo ser ideal, expresso pela palavra, ao passo que no *genus*, seres reais distintos e genéricos mantêm suas distinções, criando-se simultaneamente, um novo ser ideal. O *significado dos genera* é facilmente hierarquizável, pois parte de seres reais genéricos para outros mais abstratos, já o *significado das palavras* permite sobreposições e contradições, pois depende da realidade e da nossa projeção sobre ela. As generalizações e essa mesma contradição intrínseca no significado das palavras são tentativas de abribuir um caráter infalível à língua, o qual antes não tinha.

Definidas as palavras, além dos *genera*, é possível, a partir dos seres reais genéricos, gerarem-se outros seres genéricos que não são ideais nem reais. Trata-se de seres *fictícios*. Sobre esses seres fictícios é possível haver nova generalização e deles se obtêm também *genera*. A distinção entre o real e o fictício é debatida sobretudo na

questão da sua *existência*, entendida como *a verificação sensorial da presença do ser em uma posição espacial e tempo definido*. Um ser real ocupa, ocupou ou ocupará uma determinada posição: já um ser que não ocupa, nunca ocupou e jamais ocupará qualquer posição é tido como fictício. Tal oposição pode ser considerada de forma objetiva ou subjetiva, mas, bastaria dizer que o fictício e o real são indistinguíveis semanticamente, pois, além de formarem *genera*, expressam-se da mesma forma. Cumpre, porém, observar que o fictício, no plano real, não se confunde com o ideal e que o ser fictício, apesar de derivar do real, equivale mais aos seres genéricos do que aos reais.



Pelo gráfico acima observa-se que tanto a partir dos seres reais ( $r$  e  $r'$ ) quanto do fictício ( $f$ ) é possível fazermos generalizações (como  $G$ ,  $G'$  e  $G'''$ ). Das generalizações  $G$  e  $G'$  nasce uma nova generalização  $G''$ . O nível de  $f$ ,  $G$  e  $G'$  é o das palavras específicas (dos quais  $r$  e  $r'$  estão excluídos por não terem expressão e, portanto, não serem palavras). Já o nível de  $G''$  e  $G'''$  é o das palavras genéricas, ou hiperônimos (dos quais  $f$ ,  $G$  e  $G'$  são hipônimos). O ser linguístico real se opõe ao fictício apenas na questão da existência e os seres linguísticos ideais se opõem aos dois, na questão da generalização. Podemos concluir, portanto, que, se o fictício e o ideal se identificam na ausência da existência, não há portanto, um ser ao mesmo tempo existente e genérico. De fato, se um ser genérico não existe, uma vez que a verificação sensorial se dá sobre os seres reais e não sobre as generalizações, todo o raciocínio se operará, portanto, sobre palavras (que são generalizações) e, portanto, sobre seres inexistentes.

	existência	generalização
fictício	F	F
real	V	F
ideal	F	V
?	V	V

Embora possamos generalizar sobre o fictício, não há relação entre o modo como o fictício é obtido (isto é, pela negação dos traços do real) e como se obtém o ideal (que provém da generalização do real).

Se a palavra é uma associação entre conteúdo e expressão e essa expressão é genérica, portanto, inexistente, conclui-se que todo conteúdo expresso também não existe (porque existe apenas em parte ou não existe de modo algum). Apenas por meio da sua expressão é que podemos ter acesso a esses seres inexistentes e genéricos por meio de seres existentes reais (por exemplo, pelos sons a partir dos quais formamos fonemas e fazemos associações semânticas), o que nos confirma a afirmação 1.

O que costumamos chamar de *seres abstratos* são seres ideais especiais, originários da generalização de seres reais ou de seres fictícios. Por exemplo, para efeitos de teorização pode-se postular algo como uma língua homogênea, que independa da variação dos falantes que a usem (Chomsky 1965:4). Tal língua homogênea será um ser fictício se se pressupõe que exista uma língua com essas características, uma vez que se trata da negação de traços de línguas que realmente existem, no entanto, se provém de uma abstração do real, extraíndo-se os elementos que realmente importam, veremos que tais seres estão presentes nas metodologias e que sua abrangência é maior que os hipônimos, mas menor que os hiperônimos. Entre os seres abstratos, destacam-se os *conceitos*, ou seja, palavras da *metalinguagem*, usadas nas teorizações, as quais fazem alguns recortes que desconsideram provisoriamente elementos complexos importantes, para reincluí-los num segundo momento da teorização.

Conceitos são característicos da teorização linguística. A compreensão de que são abstrações e não seres reais ou fictícios permite o trabalho com hipóteses não-demonstráveis. Como vimos, um ser fictício está vinculado sempre à questão da existência. Um ser genérico ou abstrato que nunca pudesse ser analisado pelos sentidos seria tido como fictício e, portanto, inexistente. Seres abstratos só podem ser analisados pelos sentidos por meio de *exemplos*, que são reais. Portanto, a existência parece referir-se a situações presentes. Para situações passadas, a existência depende de *testemunhos*, cuja veracidade é difícil de ser comprovada. Nesse caso, a existência é testemunhada diretamente ou inferida dos testemunhos e passa a ser um julgamento do real. O julgamento da existência de um ser depende da análise da sua realidade ou dos testemunhos que dele se fazem. Todo ser, real ou abstrato, se diz existente se puder ser exemplificado. No caso de não mais existir, precisa ser testemunhado.

A questão da existência de uma palavra numa língua não depende das crenças de um determinado falante-juiz. Em pesquisas com falantes, se perguntados sobre a existência de determinada palavra (por exemplo, “pinchar”), muitos dirão que existe, pautados na sua experiência de falante, já outros dirão que nunca ouviram tal palavra e estão propensos a não acreditar na sua existência, ou mesmo a acreditar na sua não-existência. Palavras que não ocorrem nem na fala nem na escrita, contudo, podem ser metodologicamente inferidas, como ocorrem, no estudo diacrônico, nas reconstruções. Dessa forma, dada uma sincronia qualquer X, haverá sempre uma sincronia anterior X-1 (e outras mais antigas X-2, X-3... X-n) e uma sincronia futura X+1 (donde outras, posteriores, X+2, X+3... X+n). Daí nasce o primeiro pressuposto:

PRESSUPOSTO DA SEQUÊNCIA ININTERRUPTA:

Se uma palavra P ocorre na etapa X-2 e na etapa X, intui-se que também existiu \*P na etapa X-1.

Ora, o pressuposto é tido como verdadeiro para fins teóricos embora possa ser falso na realidade. Uma palavra pode desaparecer e ressurgir artificialmente, como mostram muitos exemplos ao longo da História. No entanto, é preciso provar que isso tenha ocorrido, razão pela qual o pressuposto da sequência ininterrupta continua válido. Desse pressuposto nasce uma hipótese, alicerçada na mesma inércia advinda da sensação equivocada do falante sobre a sua expressão, ao confundir a sincronia presente com a atemporalidade:

HIPÓTESE 1:

Se uma palavra P ocorre na etapa X, intui-se que também existiu \*P na etapa X-1.

Apesar de errônea, tal hipótese é importante, pois toda vez que é refutada, prova-se que a palavra é um *neologismo*. Desse modo, a refutação dessa hipótese é importante para questões de datação em Linguística. Da mesma inércia deduz-se a hipótese da permanência da expressão no futuro:

HIPÓTESE 2:

Se uma palavra P ocorre na etapa X, intui-se que também existirá \*P na etapa X+1.

Ou seja, imagina-se que a expressão da palavra não será abandonada, de modo que se pode falar sobre seu futuro, como ocorre com questões como a da *produtividade*.

Ao pressuposto da sequência ininterrupta, acresça-se, no nível ideal, também o seguinte:

PRESSUPOSTO DA SISTEMATICIDADE:

Se, numa etapa X, houver algum traço *t* qualquer presente em duas palavras  $P_1$  e  $P_2$ , ambas formarão um mesmo conjunto C e se essas duas palavras  $P_1$  e  $P_2$  ocorrem na etapa X, conclui-se que também existam  $*P_3, *P_4... *P_n$  pertencentes a C.

A condição do mínimo de duas palavras parece ser mais razoável do que a de uma única. Contudo é possível que uma delas ou ambas também sejam deduzidas, o que equivaleria a dizer que com uma só palavra real não se deduz um sistema, mas isso é possível com uma real e uma intuída (ou com ambas intuídas). Novamente, não é a questão da existência ou da realidade que cabem na discussão, mas a força maior de argumentação em que há em dois testemunhos ou em dois indícios do que em um único testemunho ou indício. Para que o pressuposto esteja errado, bastaria, porém, provar que o traço *t* que une as palavras  $P_1$  e  $P_2$  tenha sido produzido por coincidência.

Todo o raciocínio acima conduz à seguinte afirmação que os resume, talvez esse seja o platonismo inerente tanto em noções como ‘sistema’ quanto nas chamadas ‘leis fonéticas’: *há ordem nas coisas, elas se transformam, portanto, vêm de um passado e vão para um futuro. Contudo, mantêm sua essência*. Tal afirmação parece condizer com alguns elementos da cognição humana. Negá-la seria assumir paradoxos que a Filosofia sempre esteve disposta a enfrentar, mas que não serão aprofundados neste trabalho. Passemos dos pressupostos às seguintes definições:

DEFINIÇÃO 1:

Se, numa etapa X, a palavra intuída  $*P$  é confirmada por meio de uma palavra P, diremos que houve *corroboração* de sua existência. Nesse caso  $*P$  passa a ser grafada P.

DEFINIÇÃO 2:

Se, numa etapa X, a existência de  $*P_1$  é mantida por meio de uma palavra  $P_2$ , que, de algum modo, nos informa algo sobre  $*P_1$ , diremos que houve um *indício* de sua existência.

Se não há provas da existência de \*P, nem indícios, diremos que \*P é uma hipótese fraca, pois está mais próxima de um ser fictício do que de um ser abstrato. Por ser impossível refutá-lo, \*P deve ser *abandonada*.

O testemunho do dado choca-se com a questão do “dado corrente”, aquele cuja existência não é questionada teoricamente por ninguém. Essa situação não deve ser subestimada. Trabalhar apenas com dados correntes é muito mais complexo do que com dados testemunhados e catalogados. Como vimos, a existência dos dados não pode depender, num estudo científico, de observadores: pode existir para um e não para outro. Dessa forma, é possível que o exemplo dado por um observador não seja aceito por outro, simplesmente pelo fato de ser considerado “inexistente”. Nesse contexto de subjetividades, há espaço para situações complexas:

- a existência do dado pode depender da projeção do seu suposto observador. De fato, alguém muito engajado em suas ideias pode crer que o que diz é válido e exista, quando é, na verdade, válido apenas para si ou para um grupo que se identifique com suas ideias. Dessa forma, até mesmo algumas línguas existem para uns e não existem para outros;
- a existência do dado pode depender de limitações interpretativas do seu observador. Falhas na interpretação ouvida ou lida conduzem a dados que adquirem existência que antes não tinham;
- a existência do dado pode depender do meio. Assim, alguns dados existentes num local não existem em outros. Também dependem do tempo, uma vez que dados existentes ontem podem não existir hoje.

Os dados, portanto, necessitariam de uma catalogação em que se apontam as fontes da sua primeira ocorrência (*terminus a quo*) e de sua última ocorrência, quando não mais existentes (*terminus ad quem*). Além disso, para além da generalização que formam as palavras (observação 5a), imaginar que estamos diante do *mesmo dado* é complexo:

- X e Y podem ser o mesmo dado, embora a grafia seja distinta (*variantes gráficas*);
- X e Y podem ser o mesmo dado, embora a pronúncia seja distinta (*variantes fonéticas*);
- X e Y podem ser o mesmo dado, embora o significado seja distinto (*variantes semânticas*);

- X e Y podem ser o mesmo dado, embora pertençam a momentos distintos da mesma língua (*variantes diacrônicas*);
- X e Y podem ser o mesmo dado, embora pertençam a línguas distintas ou a momentos distintos da mesma língua e não difiram em nada, ou apenas na grafia, ou na pronúncia, ou no significado, ou em todos esses componentes (*variantes cognatas*).

Dessa forma, X e Y podem coexistir no mesmo falante na mesma época (*variantes estilísticas*) ou em épocas distintas de sua vida (*variantes ontogenéticas*), em falantes distintos da mesma época (*variantes síncronas*), em falantes distintos de épocas distintas (*variantes assíncronas*). A variação depende, portanto, da idade, da região, da época e de outros fatores sociais. Independente de quantos ou quais são, a questão de se X e Y são o mesmo dado ou não, permanece sujeita a pressupostos. A hipótese 1, acima apresentada, se mostra muito importante para decidirmos se estamos ou não diante do mesmo dado:

#### DEFINIÇÃO 3:

Se na etapa X-1 não temos a *mesma* palavra P<sub>1</sub> existente na etapa X, mas uma outra, P<sub>2</sub>, parecida do ponto de vista do significante, do significado ou de ambos, deduz-se que P<sub>1</sub> *provém* de P<sub>2</sub> e que dela se derivou (por meio de regras fonéticas ou de inferências semânticas) ou, dito de outra forma, que P<sub>2</sub> *se transformou* em P<sub>1</sub>.

Nesse caso, pode-se admitir que P<sub>1</sub> e P<sub>2</sub> sejam *variantes diacrônicas* da mesma palavra P, que seria, na verdade, um conceito (veja observação 6).

Dessa forma, é mais comum a variação de significantes e significados nas palavras do que nos conceitos, embora nesses também não inexista. Portanto, na menor unidade linguística é preciso prever uma grande variação de formas, bem como de conteúdos. Uma unidade linguística com uma só forma e um só conteúdo é também possível, mas apenas como conceito.

Dada a definição 3, podemos concluir que P<sub>1</sub> não é uma variante de P<sub>2</sub> se:

- P<sub>1</sub> tem o mesmo significado de P<sub>2</sub> e ambos não provêm da mesma palavra P<sub>3</sub>. Neste caso, dizemos que estamos diante de *sinônimos não-cognatos*;
- P<sub>1</sub> tem o mesmo significante de P<sub>2</sub> e ambos não provêm da mesma palavra P<sub>3</sub>. Neste caso, dizemos que estamos diante de *homônimos*
- P<sub>1</sub> é *tradução* de P<sub>2</sub> e ambos não provêm da mesma palavra P<sub>3</sub>;

A palavra  $P_3$  é conhecida como a *origem* das palavras  $P_1$  e  $P_2$ . Tudo que foi dito aqui é válido não só para palavras, mas também para suas partes significativas, ou seja, para os elementos de formação. De nossas definições observa-se o quão complexos e abstratos são alguns conceitos operacionais da Linguística. O conceito de *língua*, por exemplo, é primitivo e independe das definições anteriores. Seria o conjunto das palavras e regras entre a etapa X-n à etapa X associada a uma sociedade de falantes que a define como distinta de outros conjuntos de palavras e regras. Por outro lado, um *dialeto* poderia também ser definido como o conjunto das palavras e regras entre a etapa X-n à etapa X associada a uma sociedade de falantes que a define como variante de uma determinada língua. Por fim, *tradução* seria algo como a equivalência de uma forma F com um conteúdo C de uma língua L para uma forma F' com o mesmo conteúdo C de uma língua L'.

Se, para entendermos as propostas de definição de língua e dialeto acima, disséssemos que uma *sociedade de falantes* deva ser entendida, do ponto de vista linguístico, *como* um conjunto supostamente homogêneo de potenciais falantes-ouvintes de uma língua, essa homogeneidade se deve às nossas projeções da realidade e não, como se pode pensar, a uma realidade de fato. Dessa forma, os conceitos de *língua*, *dialeto* e *sociedade* podem ser entendidos como secundários, por serem de impossível demonstração. Apesar disso, são conceitos operacionais úteis quando não só palavras ou regras são estudadas, mas todas as relações estabelecidas entre elas.

Os fenômenos da língua devem ser entendidos entre duas etapas arbitrárias, ou seja diacronicamente. Como os fenômenos de língua não nasceram no momento que se confunde com sua fase atual, megar essa metodologia seria privilegiar apenas o aspecto de serem as línguas meros instrumentos de comunicação. Quando, para além da comunicação, também o código pretenda ser investigado, não é possível partir apenas da intuição do falante ou dos “dados correntes”, como visto acima. Além disso, os fatos linguísticos nos mostram que há um *terminus a quo* idêntico para cada elemento linguístico. Os fenômenos de língua num etapa X não nasceram todos ao mesmo tempo, antes cada um foi herdado de etapas anteriores. Além disso, sua transmissão se dá como o de qualquer outro bem cultural, ou seja, não está preso a uma determinada sociedade, de tal forma que podemos afirmar que o dado linguístico com frequência não pertence a uma única língua. Tal afirmação só é possível quando entendemos a unidade linguística

com várias formas e vários conteúdos, ao aproximarmos do ser real na comprovação de uma teorização abstrata (e não fictícia).

Quanto ao significante e ao significado, é preciso fazer mais algumas considerações. O significante é, do ponto de vista do enunciador, uma sequência de sons ou letras com que se atua, de maneira simbólica (portanto, convencionalmente, o que pressupõe uma história), na evocação de um realidade, de conceitos ou de outras generalizações. Do ponto de vista do receptor, o significante é uma sequência sonora com a qual cumpre associar, de maneira simbólica, uma interpretação do que se ouviu ou leu a uma reconstrução do que se pretende evocar. Já o significado é, do ponto de vista do receptor, uma coleção de atribuições de significantes a seres reais, conceitos ou outras generalizações, presentes na memória dos falantes e provenientes da vivência com uma língua (falada ou escrita) e do ponto de vista do enunciador, um desses elementos da coleção simbolizados num significante para a evocação de uma realidade, de um conceito ou de outras generalizações.

Se é possível colocar em ordem cronológica na ontogênese individual, a compreensão do simbolismo se dá na seguinte sequência:

- a) expressão de significados por meio de significantes não-simbólicos (portanto, de forma instintiva);
- b) decodificação de significados (também de forma inata);
- c) compreensão do funcionamento do código (também de forma inata);
- d) decodificação do significante simbólico e simultânea reconstrução de significados sociais;
- e) expressão do significantes respeitante às convenções do meio em que vive.

As três primeiras etapas atuam até o momento das primeiras palavras pronunciadas pelo falante, já as duas últimas, por não serem inatas, ocupam a vida toda do falante. Na expressão de significados, nem sempre as sequências sonoras são contínuas. Também é possível atribuir significado a sequências descontínuas. Também nem sempre sequências sonoras com significado equivalem a palavras, mas podem equivaler a partes da palavra. Dada uma sequência sonora  $x^1.x^2...x^n$  referente a uma palavra P, assim como  $y^1.y^2...y^n$  para uma palavra P' que têm em comum *uma parte* do significado é possível fazer as seguintes definições:

DEFINIÇÃO 4: Um elemento terminal significativo seria um sequência  $z^m.z^{m+1}...z^n$  (em que  $x^m=y^m=z^m$ ,  $x^{m+1}=y^{m+1}=z^{m+1}... x^n=y^n=z^n$ , de modo que  $m > 1$ ), à qual se atribui o significado comum de P e P’;

DEFINIÇÃO 5: Um elemento inicial significativo seria um sequência  $z^1.z^2...z^m$  (em que  $x^1=y^1=z^1$ ,  $x^2=y^2=z^2... x^m=y^m=z^m$ , de modo que  $m < n$ ), à qual se atribui o significado comum de P e P’ (e não a  $z^{m+1}.z^{m+2}...z^n$ );

DEFINIÇÃO 6: Um elemento interno significativo seria um sequência  $z^m.z^{m+1}...z^p$  (em que  $x^m=y^m=z^m$ ,  $x^{m+1}=y^{m+1}=z^{m+1}... x^p=y^p=z^p$ , de modo que  $m > 1$  e  $p < n$ ), à qual se atribui o significado comum de P e P’ (e não a  $z^1.z^2...z^{m-1}$  ou a  $z^{p+1}.z^{p+2}...z^n$ );

Todos esses elementos significativos podem ser considerados contínuos. Há, contudo, elementos descontínuos que poderiam ser assim definidos:

DEFINIÇÃO 7: Numa sequência  $z^m...z^p$  em que  $m \geq p$ ,  $m \geq 1$  e  $p \leq n$ , um elemento descontínuo significativo se formará de alguns elementos entre m e p (mas não todos), à sequência dos quais se atribui o significado comum de P e P’;

Dentre os elementos terminais temos os sufixos, os radicais finais de uma composição as desinências flexionais. Dentre os elementos iniciais temos os prefixos, os radicais iniciais de uma composição e desinências flexionais. Entre os elementos internos temos radicais e infixos. Entre os elementos descontínuos temos radicais e moldes fônicos presentes nas construções criadas por simbolismo, no sentido empregado por Sapir (1921) em sua tipologia linguística.

Podemos, daí, dizer que para a Morfologia, um *sufixo* seria uma sequência terminal *t* nas palavras P e P’, responsável por um significado S presente em ambas. Se não temos a *mesma* sequência terminal *t* mas uma outra, *t’*, parecida do ponto de vista do significante, do significado ou de ambos, deduz-se que *t* e *t’* são o *mesmo* sufixo, somente se ambos *provierem* de *t’* (por meio de regras fonéticas ou de inferências semânticas) ou, dito de outra forma, que *t’* *se transformou* em *t* e em *t’*. Nesse caso, *t* e *t’* podem pertencer ou não à mesma língua.

O sufixo distingue-se conceitualmente das desinências flexionais e dos últimos radicais numa composição. No entanto, é importante aqui mostrar que essa definição de *sufixo* se opõe à de *base*, que seria a sequência da palavra P, excluindo-se o *sufixo* *t*.

Supõe-se que, ao se formar o sufixo *t*, o significado da palavra P seja formado composicionalmente por meio do significado da base *b* com o significado inicial do sufixo *t*. Essa composição se dá por meio de elementos significativos subentendidos *s*. O procedimento mais comum para essa suposição é expressar o *significado* de *t* por meio uma *paráfrase* que envolva os elementos significativos *b*, *s* e *t*. Uma paráfrase, que equivaleria à *instruction* de Corbin (1987), é considerada adequada quando possível de ser apresentada para mais de uma palavra.

Classes morfológicas como *nomes*, *verbos* etc. são conceitos que se definem por meio de questões sintáticas e de morfologia flexional, dito de outra forma, por meio de um *comportamento* distinto que entram em suas definições. Podemos aceitá-los provisoriamente embora isso normalmente implique em seres abstratos com tradição historiográfica, o que compromete sua relação com a realidade. É necessário afirmar, contudo, que, dentro da progressão de ideias aqui apresentada, nem todo sufixo é obviamente denominal ou deverbal, por exemplo, também não há nenhuma afirmação sobre palavras primitivas e derivadas e sobre a anterioridade temporal daquelas em relação a estas. Mesmo o conceito que engloba todos os sufixos derivacionais como uma única classe carece de investigação que elucide os comportamentos idênticos que justifique a existência da classe.

Para além do agrupamentos semânticos que formam as generalizações e dos agrupamentos formados por elementos iniciais, internos ou terminais do significante, outros agrupamentos podem ser feitos dado o comportamento das palavras na sua combinação para a expressão de outros conteúdos. Assim, podemos dizer que há signos que expressam seres, ações e relações, mas signos só pertencem à mesma *classe morfológica* se também compartilharem características semelhantes na combinação de bases e elementos iniciais, internos ou terminais. Assim, se A é a reunião de uma base *b* e um elemento *x* qualquer e se C é a reunião de uma base *b'* e um elemento *x'* qualquer e se *x* é idêntico ou parecido com *x'* tanto no significante quanto no significado, diremos que A e C participam da mesma classe morfológica. Além disso, palavras só pertencem à mesma *classe sintática* se ocuparem a mesma posição na combinação  $\phi$  para a expressão de um determinado conteúdo. Por definição, seres, coisas e ações formam classes centrais C, ao passo que as relações formam classes secundárias S. Portanto, dada uma combinação  $\phi$ , na qual há *m* classes C e *n* classes S, diz-se que as classes C estarão em relação de *coordenação* ao passo que as classes S estarão em relação de *subordinação*, independente do seu conteúdo semântico.

Dessa forma, entende-se que a sintaxe só é válida entre palavras e não entre as reuniões de base e elementos iniciais, internos ou terminais. Dessa forma, a definição clássica de sintaxe refere-se apenas a palavras e não a signos. De fato, para além das palavras, os signos podem dispor de coordenações e subordinações, mas um signo subordinante no nível intravocabular não é necessariamente uma classe central e um signo subordinado não é necessariamente uma classe secundária. Dessa forma, as bases e os elementos iniciais, internos e terminais não formam classes de palavras, mas classes morfológicas, onde a relação com seu conteúdo é mais complexa.

Seja qual for a avaliação semântica da base nas formações sufixais (obscura, pouco clara, clara ou óbvia), uma base será o elemento que se obtém, ao desprender-se o sufixo. Por vezes, essa base tem outros elementos que formam, por vezes, outras classes, a saber, outros sufixos, interfixos, prefixos etc. Esses elementos, estudados diacronicamente à luz da Morfologia, revelam a mudança do significado, longe de entender um elemento como um amontoado caótico de significados, ilógico ou sem significado, por meio do pressuposto da sequência ininterrupta, acima apresentado, encontraremos um conjunto de diversas tradições de significados, constelações lexicais, cujos significados são, por sua vez, derivados de outros mais primitivos. Essa polissemia, diferente da homonímia, remontará a núcleos comuns mais antigos. Dessa maneira, é possível imaginar uma *árvore genealógica de significados*.

De forma alguma, portanto, esse conjunto heterogêneo é ilógico. Tampouco é lógico *stricto sensu*. Antes seria melhor dizer que não lhe cabe o termo “lógica”: é, na verdade, alógico, ou seja, a lógica, no sentido estrito da palavra, lhe é indiferente. Não é possível, portanto, criar um elemento único ou um par por meio de uma intersecção de sentidos ou um arquissistema comum sem valer-se do tempo. Não é possível ou é completamente inútil, como preconiza Wierzbicka (1996), postular-lhe um grande significado que abarque todos os demais. Assim, é comum dizer que entre o *-eiro* de *laranjeira* e o *-eiro* de *galinheiro* haja o mesmo significado (“locativo”). Assim, o argumento, ainda que validado pelos falantes numa sincronia, só apresenta validade de fato do ponto de vista comunicacional e na atuação das analogias, as quais são estritamente psicológicas. Do ponto de vista da organização dos elementos num sistema é equivocado, pois prescinde de elementos essenciais da língua, a saber, a história, a variação linguística e a comparação interlinguística. O *-eiro* de um derivado *X-eiro*, como *laranjeira*, não significa apenas “lugar onde há X”, mas “árvore que produz X” e o *-eiro* de *galinheiro* não é apenas “lugar onde há X”, mas o lugar onde se *guardam* X.

Não haveria grandes conceitos abstratos donde nascem todos os casos reais: o modelo que se impõe nesse primeiro momento deve ser indutivo, e não dedutivo. Deve ser empírico e não trabalhar no nível ideal. Em suma, *descrever* por meio dos indícios semânticos e históricos parece o primeiro passo para evitarmos *interpretar* a partir de abstrações primitivas, variadas demais do ponto de vista teórico para que se possa apresentar alguma verdade de valor dedutivo.

A sequência histórica é inacessível e não há regra dedutiva que auxilie, no entanto, outros dados de língua podem nortear a reconstrução. Assim, é muito comum observar nas línguas que, a partir do significado “grande quantidade de X”, nasça outro mais abstrato, de “intensidade”. Por exemplo, a palavra portuguesa *muito* pode indicar tanto intensidade quanto quantidade e, independentemente, o mesmo ocorre com o japonês *たくさん (takusan)* e com o russo *много (mnogo)*. Isso pode ser tomado como hipótese de reconstrução, mas, quem de fato contradiz qualquer regra indutiva são os dados, sem que seja necessário criar regras *ad hoc*, como no caso dos modelos dedutivos vigentes em Morfologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aronoff, Mark (1976): *Word formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT.
- Basilio, Margarida (2002): "O estudo da morfologia no português falado: condições de produtividade e condições de produção", em Castilho, Ataliba T. de (ed.), *Gramática do português falado*, vol. III. Campinas: Unicamp, 364-372.
- Biderman, Maria T. C. (2005): *Dicionário do estudante*. São Paulo: Globo.
- Black, Jeremy (2000): "History of morphological research: from antiquity to the 19<sup>th</sup> century", em Booij, Geert / Christian Lehmann / Joachin Mugdan (eds.), *Morphologie: ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung*. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 34-41.
- Bloomfield, Leonard (1926): "A set of postulates for the science of language", *Language* 2, 153-164.
- Bopp, Franz (1816): *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprachen*. Frankfurt am Main: Andräische Buchhandlung.
- Bréal, Michel (1897): *Essai de sémantique (science des significations)*. Paris : Hachette.
- Bybee, Joan L. (1985): *Morphology: a study between meaning and form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

- Bybee, Joan L.; Hopper, Paul (2001): *Frequency and the emergence of the linguistic structure*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- Câmara Jr, Joaquim M. (2005<sup>37</sup>): *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Chomsky, Noam (1957): *Syntactic structures*. La Haye: Mouton & Co.
- \_\_\_\_\_. (1965): *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT.
- \_\_\_\_\_. (1966): *Cartesian linguistics: a chapter in the history of Rationalism thought*. New York: Harper & Row.
- \_\_\_\_\_. (1970): "Remarks on nominalization", em Jacobs, Roderick A. / Peter S. Rosenbaum (eds.), *Readings in English transformational grammar*. Waltham / Toronto / London: Ginn and Company, 184-221.
- \_\_\_\_\_. (1975): *Reflections on language*. New York: Pantheon.
- \_\_\_\_\_/ Morris Halle (1968): *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row.
- Coseriu, Eugenio (1973): *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos.
- Gaffiot, Félix (1934): *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette.
- Gonçalves, Anielle A. G. (2009): *Diacronia e produtividade dos sufixos -agem, -igem, -ugem, -ádego, -ádigo e -ádiga no português*. São Paulo: FFLCH USP.
- Gyarmathi, Sámuel (1799): *Affinitas linguae hungaricae cum linguis fennicae origines grammaticae demonstrata*. Göttingen: Typ. Joann. Christian. Dieterich.
- Hegenberg, Leonidas (1969): *Explicações científicas*. São Paulo: Edusp/Herder.
- Heine, Bernd (1997): *Cognitive foundation of grammar*. New York / Oxford: Oxford University Press.
- Heine, Bernd; Kuteva, Tania (2002): *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hessen, Johannes (1926): *Erkenntnistheorie*. Bonn: Ferdinand Dümmler.
- Hopper, Paul; Traugott, Elizabeth C. (1993): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jansky, Herbert (1982): *Lehrbuch der türkischen Sprache*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz.
- Kiparsky, Paul (1973): 'Elsewhere' in Phonology, em: Anderson, S. / Paul Kiparsky (eds.): *Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Kroch, Anthony S. (2001): Syntactic change. In: Baltin, Martin / Chris Collins. *The handbook of contemporary syntactic theory*. Malden: Blackwell.
- Kruszewski, Mikołaj Habdank (1881): *Über die Lautabwechslung*. Kasan: Universitätsbuchdruckerei.

- Lepsius, C. Richard (1863<sup>2</sup>): *Standard alphabet for reducing unwritten languages and foreign graphic systems to a uniform orthography in European letters*. London / Berlin: Williams & Norgate / W.Hertz.
- Leroy, Maurice (1964). *Les grands courants de la linguistique moderne*. Bruxelles / Paris: Presses Universitaires de Bruxelles / Presses Universitaires de France.
- Nida, Eugene A (1946<sup>2</sup>): *Morphology: the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Oliveira, Fernão de (1536/2001): *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- Papavero, Nelson / Dante M. Teixeira / Jorge Llorente-Bousquets (1997): *História da biogeografia no período pré-evolutivo*. São Paulo: Plêiade/FAPESP.
- Rio-Torto, Graça M. O. S. (1993): *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra. Tese de doutoramento inédita.
- Rocha, Luiz C. A. (1998): *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG.
- Said Ali, Manoel (1921): *Lexeologia do português histórico*. São Paulo: Melhoramentos.
- Salmon, Paul. (2000): "The term 'Morphology'", em Booij, Geert / Christian Lehmann / Joachin Mugdan (eds.), *Morphologie: ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung*. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 15-22.
- Saussure, Ferdinand de (1916): *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.
- Schuchardt, Hugo E. M. (1866-1868): *Der Vokalismus des Vulgärlateins*. 3v. Leipzig: Teubner.
- \_\_\_\_\_ (1885): *Über die Lautgesetze – Gegen die Junggrammatiker*. Berlin: R. Oppenheim.
- Silva, Augusto S. da; Torres, Amadeu; Gonçalves, M. (2004): *Linguagem, cultura e cognição: elementos de linguística cognitiva*. 2v. Coimbra: Almedina.
- Spencer, Andrew (1991): *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: CUP.
- Viaro, M. E. (2006): Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo -eiro. *Estudos Lingüísticos* 35, 1443-1452.
- \_\_\_\_\_ (2007): Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos -eiro/-eira na língua portuguesa, em MASSINI-CAGLIARI, Gladis *et al.* (eds.), *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 45-84.
- \_\_\_\_\_ (2010) Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. In: *Estudos de Lingüística Galega*, Volume 2, Santiago de Compostela: 173-190, junho de 2010.